

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 32/SES/GAB-JRECURSOS/2024**

PROCESSO Nº 1320.01.0051923/2021-18

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde de Bom Despacho

UNIDADE VISITADA: Lactário e Posto de Puericultura Menino de Jesus (Santa Casa de Caridade de Bom Despacho)

MUNICÍPIO: Bom Despacho

URS: Divinópolis

ATIVIDADE SISAUD: 665

RECORRENTES:

- Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho, representada pela Sra. T.B.C.O. (Secretária Municipal de Saúde).
- Sra. N.A.B.L. (Pessoa física)

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria assistencial programada, realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Norte e Noroeste, no Sistema Municipal de Saúde de Bom Despacho, tendo como unidade visitada o Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus (Santa Casa de Caridade), nos períodos compreendidos entre 9 a 13/8/2021 e 29/11 a 2/12/2021.

A auditoria em questão ocorreu em atendimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial, do Componente Estadual de Auditoria CEA/SUS-MG exercício de 2021, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pela Santa Casa de Caridade de Bom Despacho no enfrentamento da COVID-19.

Após emissão dos Relatórios Finais/Consolidados de Auditoria, foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº664/2023, 665/2023, 659/2023 e 663/2023, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de Penalidades e Medida Corretiva, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório Final/Consolidado – Sistema Municipal de Saúde de Bom Despacho:

· *Penalidade de Advertência Escrita:*

1 - *Constatação 649023*– A SMS Bom Despacho não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde para enfrentamento da COVID-19, nas ações de média/alta complexidade na Santa Casa de Caridade de Bom Despacho.

2 - *Constatação 649074* – A Secretaria Municipal de Saúde não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Santa Casa de Caridade (SC) de Bom Despacho.

3 - *Constatação 655811* - A SMS não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Lactário Posto Puericultura Menino Jesus de Bom Despacho (SC de Caridade de Bom Despacho) para enfrentamento da COVID -19.

4 - *Constatação 649149* – A SMS não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, mas os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

5 - *Constatação 649150* - A SMS não apresentou todos os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19, do período auditado.

6 - *Constatação 649151* - O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Relatório Final/Consolidado da Santa Casa de Caridade de Bom Despacho

· Penalidade de Advertência Escrita:

1 - *Constatação 649097* - O Hospital não utilizou os equipamentos e materiais / insumos / medicamentos recebidos e/ou adquiridos na assistência para o enfrentamento da COVID-19.

2 - *Constatação 649031* – O Hospital atualiza parcialmente as informações referentes aos quantitativos, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

· *Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos:*

3 - *Constatação 649033* – Houve ocupação de leito de UTI / SUSCOVID adulto por pacientes de convênio / particular nos meses verificados.

PARECER

A Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho, representada pela Sra. T.B.C.O. (Secretária Municipal de Saúde), interpôs recurso ao Relatório Final/Consolidado de Auditoria, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 664/2023, por meio do Ofício nº 055/2024/SEMUSA (91047623).

A Sra. N.A.B.L. (Pessoa física), em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 665/2023, enviou manifestação (Ofício nº 001/2024/NABL – 91363378).

Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes:

· Relatório Final/Consolidado na SMS de Bom Despacho: (76322984)

1 - *Constatação 649023* - A SMS Bom Despacho não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde para enfrentamento da COVID-19, nas ações de média/alta complexidade na Santa Casa de Caridade de Bom Despacho.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Constatou-se que no período de abrangência da auditoria a SMS Bom Despacho recebeu os seguintes valores do Fundo Estadual de Saúde para enfrentamento da COVID-19 nas ações de média e alta complexidade, para repasse à Santa Casa de Caridade de Bom Despacho :

1) Em 31/03/2021 foi editada a Resolução SES/MG Nº 7461/2020 com recursos proveniente da PT GM/MS Nº 395 de 16/03/2020 objetivando a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) ao Município de Bom Despacho, visando subsidiar a ampliação e otimização de gases medicinais na SC de Caridade para enfrentamento do COVID-19. Em 20/04/2021 foi firmado o Termo de compromisso Nº 79/7461 entre a SES e a SMS: visando o repasse do valor acima mencionado para apoio, estruturação e otimização do sistema de gases medicinais da Instituição. O Décimo aditivo do Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Nº 82/2020 foi o instrumento jurídico utilizado para o repasse. O recurso financeiro foi creditado pelo FES na conta corrente da SMS Bom Despacho Resolução 7461 nº 34.251-3, agência 588-6, BB em 30/04/2021 e foi repassado para a SC de Bom Despacho na sua conta corrente: 2821-0, agência 1060, CEF em duas vezes: o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) em 21/06/2021 e R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) em 30/06/2021.

2) Em 17/05/2021 foi editada a Resolução SES/MG Nº 7511/2020 objetivando a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 42.710,80 (Quarenta e dois mil, setecentos e dez reais e oitenta centavos) ao Município de Bom Despacho, visando ressarcir a SC de Caridade pela produção apresentada e aprovada referente a tratamento de pacientes SUS infectados pelo COVID-19. O Décimo aditivo do Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Nº 82/2020 foi o instrumento jurídico utilizado para o repasse. O recurso financeiro foi creditado pelo FES na conta corrente da SMS Bom Despacho Resolução 7511 nº 34.321-8, agência 588-6, BB em 31/05/2021 e foi repassado para a SC de Bom Despacho na sua conta corrente : 90167-9, agência 6331, UNICRED em 21/06/2021.

Portanto, verifica-se que a SMS Bom Despacho repassou todos os valores recebidos do FES que vieram especificamente para ações de enfrentamento da COVID-19 e direcionadas à Santa Casa de Caridade, contudo, a SMS não observou o prazo de 5 dias úteis para realizar o repasse do valor de R\$ 200.000,00, incorrendo em atrasos de 42 dias e 52 dias.”

2 - *Constatação 649074* – A Secretaria Municipal de Saúde não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Santa Casa de Caridade (SC) de Bom Despacho.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A SMS de Bom Despacho recebeu recursos financeiros do FNS (Tabela 1 em anexo), visando repassar a SC de Bom Despacho para subsidiar seus serviços hospitalares no enfrentamento da COVID-19: - 16º Aditivo de Contrato Nº 184/2015 objetivando o repasse em 17/06/2020 de R\$ 1.224.577,00 (Um milhão, duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e sete reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.448/20. O recurso foi creditado na conta corrente FMS Custeio: 32.616-X, agência: 588-6, BB em 04/06/2020.

- 1º Aditivo do Contrato Nº 82/2020, objetivando o repasse em 15/10/2020 de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/20, que foi creditado em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio: 32.616-X, agência: 588-6, BB.

- 2º Aditivo objetivando o repasse em 15/10/2020 de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/2020, que foi creditado em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio: 32.616-X, agência: 588-6, BB.

- 3º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 249.833,33 (Duzentos e quarenta e nove, oitocentos e trinta e três e trinta e três centavos) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/2020, que foi creditado em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio: 32.616-X, agência: 588-6, BB. Os repasses ocorreram em 3 parcelas, sendo R\$ 49.833,33 em 28/11/2020, R\$ 99.674,62 em 20/12/2020 e R\$ 100.325,38 em 30/12/2020.

- 4º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 101.833,39 (Cento e um mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/2020, que foi creditado em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio: 32.616-X, agência: 588-6, BB. Os repasses ocorreram em 2 parcelas, sendo R\$ 36.833,39 em R\$ 17/12/2020 e R\$ 65.000,00 em 22/01/2021.

- 5º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 2.734.000,00 (Dois milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/2020, creditada em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio: 32.616-X, agência: 588-6, BB. Os repasses ocorreram em 3 parcelas, sendo R\$ 2.304.000,00 em 11/03/2021, R\$ 130.000,00 em 12/03/2021, R\$ 300.000,00 em 12/03/2020.

- 6º Aditivo, objetivando o repasse em 16/04/2021 de R\$ 768.000,00 (Setecentos e sessenta e oito mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 501/2021, creditado em 26/03/2021 na conta corrente: 624.066-5, agência: 1060, CEF.

- 7º Aditivo, objetivando o repasse em 07/05/2021 de R\$ 192.000,00 (Cento e noventa e dois mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 641/2021, creditado em 16/04/2021 na conta corrente: 624.066-5, agência: 1060, CEF.

- 8º Aditivo, objetivando o repasse em 26/05/2021 de R\$ 1.175.424,00 (Hum milhão, cento e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) para a Instituição. Recursos das PT GM/MS Nº 845/2021 e PT GM/MS Nº 897/2021 creditados na conta corrente: 624.066-5, agência: 1060, CEF em 13/05/2021.

- 9º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/20 creditado em 23/07/2020. Os repasses ocorreram em 4 parcelas: em 26/05/21 o valor de R\$ 130.000,00, em 09/06/21: R\$ 65.000,00, em 09/07/21: R\$ 65.000,00 e em 05/08/21: R\$ 65.000,00

- 10º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 2.350.848,00 (Dois milhões, trezentos e cinquenta mil e oitocentos e quarenta e oito reais) para a Instituição. Os créditos ocorreram das PT/GM/MS Nº 845/21 e Nº 847/21 em 13/05/21 e Nº 1059/21 em 26/05/21 e os repasses ocorrem em 30/06/21 e 16/07/21.

Observa-se que a SMS efetivou os repasses de todos os recursos federais recebidos para a Santa Casa, contudo, o valor de R\$ 1.224.577,00 foi repassado em atraso, ou seja, não foi observado a obrigação de realizar o repasse em 5 dias úteis. “

A Portaria GM/MS nº 1448, de 29 de maio de 2020, que dispôs sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às Santas Casas e aos Hospitais Filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020, contém as seguintes disposições:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a transferência da segunda parcela dos recursos de auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19 de que trata a Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, nos termos do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.

§ 1º A segunda parcela, no valor de R\$ 1.660.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta milhões de reais), será disponibilizada aos Estados, Distrito Federal e Municípios e destinada às Santas Casas e aos Hospitais Filantrópicos sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde - SUS e que estejam contratualizados com os referidos entes federativos, conforme relação anexa a esta Portaria.

§ 2º Para o rateio dos recursos referentes à segunda parcela, foram adotados os seguintes critérios:

I - os dados epidemiológicos oficiais do Ministério da Saúde, disponibilizados no sítio "covid.saude.gov.br", quanto à incidência de casos da COVID-19 por Região de Saúde até a data 24 de maio de 2020 e à evolução da pandemia nas semanas epidemiológicas de 19 a 21;

II - o número de leitos SUS das santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES em 12/05/2020; e

III - os valores da produção dos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos sem fins lucrativos, no exercício de 2019.

§ 3º Além do disposto no § 2º, as entidades filantrópicas sem fins lucrativos que não foram contempladas com recursos financeiros na primeira parcela do auxílio emergencial, mas que cumpriam os requisitos e critérios de rateio da referida parcela, foram incluídas na relação anexa a esta Portaria, com valores correspondentes ao rateio estabelecido na primeira e na segunda parcelas.

Art. 2º Aplica-se à segunda parcela de que trata esta Portaria o disposto nos arts. 4º a 8º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020. (...)

A Portaria GM/MS nº 1393 de 21 de maio de 2020, estabeleceu:

(...)

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de cada parcela pelos Fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, para que os gestores locais efetuem o pagamento do auxílio financeiro emergencial aos estabelecimentos de saúde constantes no Anexo desta portaria, no caso da primeira parcela, e dos constantes da portaria de que trata o parágrafo único do art. 3º, no caso da segunda parcela, em conformidade com os trâmites legais.

A Resolução SES/MG nº 7.461, de 31 de março de 2022, estabeleceu repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional – Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus– COVID19. Vejamos:

Art. 1º – Estabelecer repasse de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional – Grade de Leitos do

Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus – COVID19, conforme disposto no Anexo I desta Resolução.

(...)

Art. 5º – O incentivo financeiro de que trata esta Resolução será repassado aos beneficiários mediante a formalização de instrumento de repasse no SIG-RES (Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde), ou outro sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), observada a legislação aplicável.

§ 1º - Os instrumentos de repasse deverão ser assinados no 7 (sete) dias, a contar da data de sua disponibilização no sistema, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período, por ato do Secretário de Estado de Saúde.

§ 2º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao incentivo e o instrumento contratual ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.

Art. 6º – Para fins de execução dos recursos, os municípios deverão apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data desta publicação, o Plano de Trabalho contendo as ações e prazos para execução dos recursos nos moldes do Anexo II desta Resolução.

§ 1º - A Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde emitirá Nota Técnica contendo as orientações necessárias para elaboração do Plano de Trabalho e execução dos recursos.

§ 2º - O Plano de Trabalho não é item condicionante do repasse dos recursos para o beneficiário, mas sua execução deve ser precedida do envio para a Unidade Regional de Saúde e aprovação pela mesma. (...)

O instrumento de repasse de que trata a referida Resolução, contém a seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente TERMO DE COMPROMISSO tem por objeto a adesão do MUNICÍPIO/SMS às regras previstas na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, visando apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional - Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus-COVID19.

I - AO MUNICÍPIO/SMS:

- a. formalizar e publicar instrumento jurídico com a ENTIDADE BENEFICIADA, conforme legislação vigente, replicando as disposições pertinentes previstas neste TERMO, para a efetivação do repasse dos recursos estaduais;*
- b. cumprir os compromissos e/ou executar as ações/serviços/procedimentos constantes no Anexo Técnico;*
- c. repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela SES/MG até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF e instauração de Tomada de Conta Especial;*

3 - *Constatação 655811* - A SMS não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados como Lactário Posto Puericultura Menino Jesus de Bom Despacho (SC de Caridade de Bom Despacho) para enfrentamento da COVID -19.

A equipe de auditoria evidenciou:

"A SMS/Bom Despacho, apresentou cópia do contrato e dos termos aditivos firmados com a SC Bom Despacho para enfrentamento a Covid-19. O termo de contratualização nº 82/2020 foi celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da SMS/órgão gestor SUS e FMS, para prestação de serviços de Assistência a saúde. O objeto do termo de contratualização é a execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde. Foram apresentadas cópias dos seguintes termos Aditivos a contratualização 082/2020:

Segundo Termo Aditivo de 05/10/2020, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 400.000,00 destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da Covid-19;

Terceiro termo aditivo, de 06/11/2020, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 249.833,33 para custeio da Ala de Síndromes Respiratórias Municipal, como medida de enfrentamento da emergência ocasionado pelo Covid;

Quarto termo aditivo, de 30/11/2020, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 134.686,49 para integrar o Termo de Contratualização visando a manutenção da Ala de Síndrome Respiratória municipal;

Quinto termo aditivo, de 09/03/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 3.137.927,92 para definição das obrigações para consecução do objeto, os quais integrarão o termo de contratualização para todos os fins de direito; Cláusula terceira- das obrigações /manter em funcionamento a Ala de Síndromes Respiratórias Municipal do PA da SC de Bom Despacho;

Sexto termo aditivo de 12/04/2021, tendo como objeto acréscimo de R\$ 768.000,00 correspondente ao custeio de 16 leitos de UTI adulto tipo II Covid-19;

Sétimo termo aditivo de 30/04/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 192.000,00 correspondente a habilitação de mais 4 leitos de Covid-19/ março 2021, para atendimento exclusivo dos pacientes Covid-19;

Oitavo termo aditivo de 17/05/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 1.175.424,00, correspondente a habilitação de 20 leitos UTI Covid-19 para o mês de abril de 2021 e habilitação de 15 leitos de suporte ventilatórios;

Nono termo aditivo, de 18/05/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 390.000,00 para custeio da Ala de Síndromes respiratórias até 31 de agosto de 2021;

Décimo termo aditivo de 11/06/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 9.870.546,22, para ressarcimento da produção aprovada do procedimento 03.03.01.022-3, mês de março de 2021; habilitação de 15 leitos de suporte ventilatório de maio a dezembro de 2021 e habilitação de 20 leitos de UTI-Covid-19, de maio de 2021 a dezembro de 2021;

Décimo sexto termo aditivo ao Contrato nº 184/2015, assinado em 05/06/2020 tendo como objeto o auxílio financeiro emergencial com atuação coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19.

A SMS de Bom Despacho, não apresentou documentação solicitada através do Ofício SES/AUDSUS nº 399/2021 /Anexo I, item 24- Relatórios, Atas, Planilhas ou registros de que a SMS realiza acompanhamento periódico das ações de enfrentamento da COVID -19 realizadas pelo prestador hospitalar."

Da legislação que rege o tema:

- A Resolução CIT nº 4, de 19 de julho de 2012:

(...)

ANEXO I

RESPONSABILIDADES

(...)

4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

4.1 Municípios

(...)

n. Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;(...)

- Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349, de 17 de março de 2021:

(...)

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 DE MARÇO DE 2021. RESPONSABILIDADES SANITÁRIAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) PARA MUNICÍPIOS COM GESTÃO DE SEUS PRESTADORES, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CIT-SUS Nº 04, DE 19 DE JULHO DE 2012.

(...)

VI. monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017:

(...)

Anexo XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 5º Compete aos entes federativos contratantes: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 5º)

(...)

VII - instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento da Contratualização de que trata o art. 32; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 5º, VII)

(...)

Art. 32. Será instituída pelo ente federativo contratante a Comissão de Acompanhamento da Contratualização, que será composta, no mínimo, por 1 (um) representante do ente federativo contratante e um representante do hospital contratualizado. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 32)

§ 1º A Comissão de que trata o "caput" monitorará a execução das ações e serviços de saúde pactuados, devendo: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 32, § 1º) I - avaliar o cumprimento das metas quali-quantitativas e físico-financeiras; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 32, § 1º, I)

II - avaliar a capacidade instalada; e (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 32, § 1º, II)

III - readequar as metas pactuadas, os recursos financeiros a serem repassados e outras que se fizerem necessárias. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 32, § 1º, III)

§ 2º A composição da Comissão de que trata o "caput" será objeto de publicação no Diário Oficial do ente federativo contratante ou publicação equivalente. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 32, § 2º) (...)

Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(...)

Art. 4º A Regulação da Atenção à Saúde efetivada pela contratação de serviços de saúde, controle e avaliação de serviços e da produção assistencial, regulação do acesso à assistência e auditoria assistencial contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 4º)

VI - supervisão e processamento da produção ambulatorial e hospitalar; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 4º, VI)

(...)

VIII - avaliação analítica da produção; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 4º, VIII)

(...)

Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)

(...)

§ 3º Cabe aos Municípios: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º) (...)

XI - avaliar as ações e os estabelecimentos de saúde, por meio de indicadores e padrões de conformidade, instituídos pelo Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS); (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, XI)

4 - *Constatação 649149* – A SMS não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, mas os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em análise documental do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, da PAS 2021, e dos documentos apresentados pela SMS de aprovação pelo CMS do PMS 2018-2021 e da PAS 2020, identificamos que o PMS foi apresentado e aprovado pelo CMS de Bom Despacho, enquanto não pudemos comprovar a aprovação da PAS 2021, uma vez que a ata de aprovação da PAS apresentada a equipe de auditores é referente ao ano de 2020.

Ademais, a SMS não promoveu os ajustes nestes instrumentos de gestão inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19.”

Das normativa específica:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017

(...)

Art. 96. O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de 4 (quatro) anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º)

(...)

§ 3º A elaboração do Plano de Saúde será orientada pelas necessidades de saúde da população, considerando: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º)

I - análise situacional, orientada, dentre outros, pelos seguintes temas contidos no Mapa da Saúde: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I)

a) estrutura do sistema de saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, a)

b) redes de atenção à saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, b)

c) condições socio sanitárias; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, c)

d) fluxos de acesso; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, d)

e) recursos financeiros; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, e)

f) gestão do trabalho e da educação na saúde; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, f)

g) ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde e gestão. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, g)

II - definição das diretrizes, objetivos, metas e indicadores; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, II)

III - o processo de monitoramento e avaliação. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, III)

(...)

§ 7º O Plano de Saúde deverá considerar as diretrizes definidas pelos Conselhos e Conferências de Saúde e deve ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Saúde respectivo e disponibilizado em meio eletrônico no sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento – DGMP. (Redação dada pela PRT GMMS nº 750 de 29.04.2019)

Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS (Ministério da Saúde/Secretaria Executiva Departamento de Gestão Inter federativa e Participativa Coordenação - Geral de Fortalecimento da Gestão dos Instrumentos de Planejamento do SUS):

(...)

4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19

4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas ou inclusão das ações na PAS decorrentes da covid-19, conforme enquadramento ao item 3.3. ou 3.4.

(...)

4.3. Ressalta-se que no caso de solicitação de ajuste no PS (ver item 2.9), a PAS 2020 deverá estar aberta (ver item 2.10) para recepcionar as novas metas inseridas no PS. A PAS 2018 e 2019, ao contrário, deverão estar fechadas (ver item 2.10) quando do ajuste no PS. Caso estejam abertas (ver item 2.10), também recepcionarão as metas da COVID-19 que foram inseridas no Plano, o que não faz sentido, visto que este agravo não estava presente no cenário epidemiológico nos referidos anos.

4.5. Seguindo a lógica do planejamento descrita nos itens 2.5 e 2.6, as metas relativas à Covid-19, para que estejam expressas no RG, devem ser inseridas no PS e na PAS.

4.6. Eventuais documentos relacionados ao plano de contingência podem ser anexados no campo "outros arquivos" que está presente na tela de inserção da DOMI no PS e na tela de anualização das metas na PAS.

5. CONCLUSÃO

5.1. Qualquer alteração no cenário epidemiológico que impacte no planejamento, deve ser objeto de revisão e posterior alteração no PS ou na PAS, conforme itens 3.3 e 3.4. Se a alteração afetar um único município, então esse município deverá realizar o ajuste do PS ou na PAS no DGMP. Caso afete um conjunto de municípios de uma mesma região ou municípios de regiões diferentes, como aconteceu recentemente com a febre amarela, então esse conjunto de municípios deverá proceder aos ajustes.

5.2. No caso da COVID-19, o procedimento é o mesmo. A única diferença é que a COVID- 19, por se tratar de uma pandemia, alterou o cenário epidemiológico de todos os estados, Distrito Federal e de todos os municípios. Portanto, todos os entes deverão, se necessário, proceder ao ajuste no PS ou na PAS, conforme o caso, observando-se as recomendações nos itens 4.1, 4.2 e 4.3

5.3 Vale ressaltar que o ente é autônomo e responsável pela elaboração, adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. O DGMP reflete parte desse processo. Assim cabe ao ente decidir se é necessário ajustar sem

perder de vista que essas alterações repercutirão na prestação de contas, isto é, no RG.

5 - *Constatação 649150* - A SMS não apresentou todos os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19, do período auditado.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Ao analisarmos os 3 RDQAs do ano de 2020 e o 1º RDQA de 2021, identificamos que no 1º e 2º RDQA de 2020, foram registrados somente os recursos recebidos não havendo nenhum registro de despesa em nenhuma das fontes de recursos. No 3º RDQA de 2020, constam os registros de recursos recebidos e despesas. No 1º RDQA de 2021 não constam os registros dos recursos recebidos e nem as despesas.

Em análise documental das atas de audiências na Câmara dos Vereadores e das reuniões do Conselho Municipal de Saúde de apresentação dos RDQA contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19 identificamos que a SMS de Bom Despacho não apresentou ata de audiência na Câmara de Vereadores referente a apresentação do 3º RDQA de 2020 e do 1º RDQA de 2021 e as atas do CMS referente a apresentação dos 1º e 2º RDQAs.”

Extraí-se da transcrição da normativa citada pela equipe de auditoria:

- Portaria nº 1 de 28 de setembro de 2017, de *consolidação* das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do. Sistema Único de Saúde:

“Art. 100. O relatório detalhado do quadrimestre anterior é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS e deve ser apresentado pelo gestor do SUS até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 7º)

Parágrafo Único. O relatório previsto no "caput" observará o modelo padronizado previsto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 459, de 2012 e conterá, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 7º, Parágrafo Único)

I - montante e fonte dos recursos aplicados no período; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 7º, Parágrafo Único, I)

II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 7º, Parágrafo Único, II)

III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 7º, Parágrafo Único, III)

- NOTA TÉCNICA nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS

(...)

2. SOBRE O DIGISUS GESTOR – MÓDULO PLANEJAMENTO

(...)

2.11. A finalização da PAS é condição para habilitação dos campos dos relatórios (Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA e RG), observadas as temporalidades de cada um deles. O RDQA e o RG recebem as DOMI, que originalmente foram registradas no PS, migraram para a PAS e finalmente para os relatórios, no quais são prestadas as contas das metas previstas na PAS. Tanto o RDQA, quanto o RG são elaborados e encaminhados para apreciação no CS por meio do DGMP.

(...)

4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19

4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas ou inclusão das ações na PAS decorrentes da covid-19, conforme enquadramento ao item 3.3. ou 3.4.

4.2. Com esse procedimento, as referidas metas e ações serão apresentadas posteriormente no RG 2020 e também nos RDQA de 2020, nos quais os gestores já podem indicar as ações que vem sendo realizadas em relação à COVID 19.

(...)

5. CONCLUSÃO

(...)

5.3 Vale ressaltar que o ente é autônomo e responsável pela elaboração, adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. O DGMP reflete parte desse processo. Assim cabe ao ente decidir se é necessário ajustar sem perder de vista que essas alterações repercutirão na prestação de contas, isto é, no RG. (...)

6 - *Constatação 649151* - O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em análise documental do RAG 2020 identificamos que o referido instrumento de gestão não contempla as despesas, ações e prestação de contas da Assistência Ambulatorial e Hospitalar referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.”

Da normativa específica:

- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde

(...)

Art. 4º Para receberem os recursos, de que trata o art. 3º desta lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com:

(...)

IV - relatórios de gestão que permitam o controle de que trata o § 4º do art. 33 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. (...)

- Decreto Federal nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde:

(...)

Art. 6º A comprovação da aplicação de recursos transferidos aos Estados e aos Municípios far-se-á:

(...)

§ 3º - O relatório de gestão compõe-se dos seguintes elementos:

I - programação e execução física e financeira do orçamento, de projetos, de planos e de atividades;

II - comprovação dos resultados alcançados quanto à execução do plano de saúde de que trata o inciso III do art. 4º da Lei nº 8.142, de 1990.

III - demonstração do quantitativo de recursos financeiros próprios aplicados no setor saúde, bem como das transferências recebidas de outras instâncias do SUS;

IV - documentos adicionais avaliados nos órgãos colegiados de deliberação própria do SUS. (...)

- Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

(...)

Art. 31. Os órgãos gestores de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios darão ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas periódicas da área da saúde, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase no que se refere a:

(...)

II - Relatório de Gestão do SUS;

(...)

Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações: (...)

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos arts 56 e 57 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

(...)

Art. 39. Sem prejuízo das atribuições próprias do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas de cada ente da Federação, o Ministério da Saúde manterá sistema de registro eletrônico centralizado das informações de saúde referentes aos orçamentos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluída sua execução, garantido o acesso público às informações.

(...)

§ 4º Os resultados do monitoramento e avaliação previstos neste artigo serão apresentados de forma objetiva, inclusive por meio de indicadores, e integrarão o Relatório de Gestão de cada ente federado, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. (...)

- Portaria de Consolidação nº 1/2017:

Art. 99. O Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º)

§ 1º O Relatório de Gestão contemplará os seguintes itens: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º)

I - as diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º, I)

II - as metas da PAS previstas e executadas; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º, II)

III - a análise da execução orçamentária; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º, III)

IV - as recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos do Plano de Saúde. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 1º, IV). (...)

- Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS:

2. SOBRE O DIGISUS GESTOR – MÓDULO PLANEJAMENTO

(...)

2.11. A finalização da PAS é condição para habilitação dos campos dos relatórios (Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA e RG), observadas as temporalidades de cada um deles. O RDQA e o RG recebem as DOMI, que

originalmente foram registradas no PS, migraram para a PAS e finalmente para os relatórios, no quais são prestadas as contas das metas previstas na PAS. Tanto o RDQA, quanto o RG são elaborados e encaminhados para apreciação no CS por meio do DGMP.

(...)

4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19

4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas ou inclusão das ações na PAS decorrentes da covid-19, conforme enquadramento ao item 3.3. ou 3.4.

4.2. Com esse procedimento, as referidas metas e ações serão apresentadas posteriormente no RG 2020 e também nos RDQA de 2020, nos quais os gestores já podem indicar as ações que vem sendo realizadas em relação à COVID 19.

4.4. Assim e em consonância ao exposto, é fundamental observar as Portarias do Ministério da Saúde, que tratam de repasses relativos à COVID 19 e a Lei Complementar nº 172/2020 que informam que a prestação de contas será feita no RG. 4.5. Seguindo a lógica do planejamento descrita nos itens 2.5 e 2.6, as metas relativas à Covid-19, para que estejam expressas no RG, devem ser inseridas no PS e também na PAS.

(...)

5. CONCLUSÃO

(...)

5.3 Vale ressaltar que o ente é autônomo e responsável pela elaboração, adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. O DGMP reflete parte desse processo. Assim cabe ao ente decidir se é necessário ajustar sem perder de vista que essas alterações repercutirão na prestação de contas, isto é, no RG. (...)

Manifestação da SMS de Bom Despacho: (91047623)

“A Assessoria de Auditoria Assistencial do SUS-MG, propõe a aplicação à SMS Bom Despacho da penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes: 649023, 649074, 655811, 649149, 649150 e 649151, mediante relatório consolidado enviado anexo ao ofício citado.

Todavia, vimos apresentar a manifestação e ao final requerer:

No que tange as constatações não conformes, vimos esclarecer que a SMS, no período apurado, não diferente de vários órgãos públicos, se deparou com um de seus maiores desafios.

A SMS de Bom Despacho, teve que ampliar seu potencial de resposta em atendimento a Rede ambulatorial e hospitalar, vislumbra-se inclusive, que antes mesmo da chegada de recursos Estaduais e/ou Federais, o município teve que arcar com seus próprios recursos as demandas imediatas, numa situação calamitosa, exemplo disso foi a abertura da Ala Respiratória no hospital Santa Casa, conforme segue anexo, processo administrativo para apuração e prestação de contas do período (abril a agosto/2020) arcando e ampliando o município a sua capacidade de leitos e atendimentos de urgência.

Decisões de saúde administrativas e assistenciais tiveram de ser tomadas em minutos, face a situação de emergência nacional. Como foi amplamente divulgado a nível nacional, a aquisição de

insumos, equipamentos, bem como a definição de protocolos assistenciais tiveram seus fluxos alterados face a situação calamitosa.

A SMS de Bom Despacho, tem buscado continuamente o aprimoramento dos seus processos de trabalho, identificando as fragilidades administrativas, ordenando com maior agilidade o fluxo de contratualização junto aos seus prestadores, observando-se os aspectos legais para repasse de recursos financeiros contratualizados no âmbito do SUS, bem como a função legal de gestão e fiscalização junto aos seus prestadores de serviços, seja da rede própria e ou conveniada ao SUS.

Desta forma, valer-se-á de todo uma gama de situações e dificuldades enfrentadas, bem como todo o comprometimento e ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho/MG e ainda restrita aos aspectos técnicos, contábeis e jurídicos, para que seja revista a proposta de penalidade de advertência escrita as constatações não conformes para medida corretiva – Recomendação, tendo em vista que não foi constatado prejuízo direto ao usuário ou ato lesivo ao SUS.

Diante de todo exposto, espera e requer seja acolhida a(o) presente defesa. Atenciosamente,

T.B.C.O.

Secretária Municipal de Saúde”

A Sra. N.B.L.A, apresentou manifestação no mesmo sentido:

(91363378)

Conforme transcrito, os recorrentes não apresentaram argumentações individualizadas para as constatações não conformes apontadas pela equipe de auditoria. Informaram que a SMS enfrentou inúmeros desafios no período da pandemia de COVID-19, tendo que se valer de todo uma gama de situações e dificuldades enfrentadas. Destacou que determinou agilização dos processos de contratualização dos prestadores, respeitando os aspectos legais de repasse de recursos, promovendo a fiscalização dos prestadores próprios e da rede conveniada .Encaminhou cópias do Termo de abertura de Processo Administrativo para pagamento do hospital (91191423); Ata de reunião do comitê de enfrentamento da pandemia de COVID-19 com os decretos de declaração de emergência e outros decretos relativos às medidas de enfrentamento da pandemia (91193719); Portaria 26 que instituiu o comitê de enfrentamento a pandemia (91196975).

Nesse sentido solicita que seja revista a penalidade de advertência escrita para medida corretiva de recomendação, tendo em vista que não houve nenhum ato lesivo ao SUS ou prejuízo direto a usuário.

Não obstante o apontado importa observar que a penalidade de Advertência Escrita, a teor do que dispõe a Resolução SES-MG nº 2906/2011, será proposta quando levantadas situações de gestão

que contrariem as normas do SUS, ainda que não se constate prejuízo direto ao usuário, com risco a sua vida.

Apesar de entendermos os desafios enfrentados no âmbito do período pandêmico, não consideramos as justificativas apresentadas como aptas para justificar as irregularidades identificadas, pois cabe a gestão repassar os recursos financeiros recebidos em tempo hábil, especialmente em um cenário de emergência sanitária cuja agilidade no repasse impactará positivamente a adequada assistência aos usuários do SUS.

No que se refere ao Relatório Final/Consolidado da Santa Casa de Caridade de Bom Despacho, não houve apresentação de recurso administrativo para a segunda instância, situação em que não serão objeto de análise por parte desta Junta de Recursos.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes estabelecidos na Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, entretanto, não foram apresentadas justificativas válidas, aptas para afastar as irregularidades. Assim, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém, negando-lhe provimento para manter as penalidades de Advertência Escrita aplicadas ao SMS.

Em relação às irregularidades apontadas pela equipe de auditoria por meio do Relatório Final/Consolidado/Lactário e Posto de Puericultura Menino de Jesus (Santa Casa de Caridade), tendo em vista à falta de manifestação, não foram objeto de análise por parte desta Junta de Recursos.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2024.

1 - Ciente.

2 - De acordo.

3 - Submeto à apreciação da Sra. Chefe de Gabinete desta Secretaria de Estado de Saúde.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **97652487** e o código CRC **F9F96433**.